

O DIREITO À MEMÓRIA VISTO PELA LEITURA DE 1984

Lucas Fernandes de Souza Silva¹

SUMÁRIO. Introdução; 1 A definição do campo da ética; 2 Os buracos da memória: as formas de violência do ministério da verdade em 1984; 3 A relevância da memória em seu valor ético-social; 4 A busca pela memória como ato de resistência; Conclusão; Referências

RESUMO: O presente trabalho trata-se de um ensaio que tem por objetivo trazer à tona pontos pertinentes à disciplina da Ética no Direito, enquanto campo crítico-filosófico, nomeadamente em relação a alguns tópicos relativos ao chamado direito à memória e como ele pode se interligar ao conteúdo deste ramo da filosofia jurídica, questionando-se, portanto, o seu valor ético-social. Este objetivo procurou-se ser alcançado pela intersecção entre o Direito e a Literatura, utilizando-se como mote para alavancar o debate aqui proposto a obra “1984” do autor britânico George Orwell. A obra apresenta, num mundo distópico de uma Londres presa em um regime ditatorial que retêm e edita as informações de seus cidadãos, a fim de assegurar seu controle, um homem de meia idade que resiste e rebela-se contra o sistema buscando elementos do passado, da história e da memória, de si e do mundo que o rodeia, buscando através disto sua própria identidade.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio propõe-se a levantar alguns pontos relevantes referentes ao valor ético da construção da memória, através das incursões

¹ Bacharel e licenciado em Direito pela Universidade Federal da Bahia e Universidade de Coimbra, em regime de Dupla Titulação Internacional

literárias da obra “1984” de George Orwell. Esta obra foi publicada ao longo do final da década de 1940, durante o autoexílio do escritor, na Escócia, como fuga de uma iminente guerra nuclear, risco que instaurou um sentimento geral de medo no continente europeu, mesmo após de encerrada a Segunda Grande Guerra, construindo um cenário que inspirou o autor a conceber seu romance.

“1984” é uma ficção distópica contemporânea que retrata uma Londres mergulhada em uma época de recessão e dirigida por um regime totalitário, governado por um partido único, que encontrou espaço para sua ascensão após um grande ataque nuclear que ocorre na época de 1940. O Partido, enquanto articulador desse sistema, busca sua funcionalidade através do domínio total de seus membros, seus cidadãos, não apenas pelas ações dos mesmos, com uma perpétua vigilância cotidiana, através das chamadas “teletelas”, instaladas em todas as casas e prédios do Governo, como também pelo controle de seus pensamentos, através do que se tipifica como crimes-pensamento.

Vale ressaltar a figura que representa esse regime de cunho totalitário, o Grande Irmão. Como descrito no livro, um rosto impresso sempre em pôsteres gigantescos, de cabelos e grande bigode pretos, com um olhar penetrante que acompanha quem quer que o veja, para onde quer que vá. “O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ” - dizem os letrados². Durante todo o livro, o leitor nunca tem a certeza da existência efetiva desta personagem, mas de fato, como para as personagens que vivem a história, a realidade e verdade dos fatos e da história é distorcida, nem sempre significando o que a lógica faz saltar aos olhos, de modo que, por mais que o Grande Irmão não exista, ele existe na mente das pessoas, e isso acaba por ser suficiente e eficiente para o controle dessa população.

Neste ensaio, portanto, buscar-se-á identificar alguns dos fundamentos das formas de dominação coletiva e individual apresentadas no livro, nomeadamente através da manipulação da verdade dos fatos através da edição da memória, tanto coletiva quanto individual.

² ORWELL, G. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 21

1 A DEFINIÇÃO DO CAMPO DA ÉTICA

Ao se pretender traçar uma análise no campo do entendimento ético, enquanto parte da filosofia, convém estabelecer o que, justamente, se entende por Ética.

O comportamento e as ações humanas, distintamente de outros seres vivos, é munida do elemento da intencionalidade de quem as pratica, como consequência de sua personalidade racional. O sujeito atua, no entanto, num ambiente sempre de interação com seus semelhantes, em sociedade, podendo assumir diversas formas a depender do âmbito social em que se insere, mas quando se avalia as intensões e demais aspectos que motivaram aquela determinada ação, estamos diante da análise da ação moral, a qual compõe o objeto da ética.

Essa ação moral, designadamente deve construir-se de forma livre e autônoma pelo sujeito, ou seja, deve ele estar dotado de sua plena consciência, e também deve ser dirigida pelas convicções de sua personalidade, uma expressão de quem o indivíduo genuinamente é, de seus valores. Por último, a conduta ética deve ser insuscetível de coerção que venha a afetar o comportamento do agente.³

A ética, ou como os mais tradicionais se referem, a moral geral, constitui-se um ramo da Filosofia designado a estabelecer as formas e usos que o indivíduo social deve ter de sua liberdade, avaliando suas ações morais, atribuindo-lhe responsabilidade pelas mesmas⁴. Estabelece-se, portanto, um padrão de conduta que se dirá ética, atribuindo-se o valor dos comportamentos humanos num contexto social, se verificados os pressupostos acima expressos.

Contudo, deve-se compreender que a Ética enquanto campo da filosofia prática, ou seja, direcionada à compreensão crítica da atuação e representações humanas, voltadas as implicações destas no cotidiano, no campo real. Por conta disto, os estudos éticos exigem uma abertura gnosiológica para a melhor compreensão de seus fenômenos, precisando do auxílio, muitas vezes de outros

³ BITTAR, E. C. B. **Curso de Ética Jurídica: Ética geral e profissional**. 11 ed, São Paulo: Saraiva, 2014, p. 27

⁴ JOLIVET, R. **Vocabulário de Filosofia**. Tradução: Gerardo Dantas Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 1975, p. 148.

campos de saber, nomeadamente a História. E é neste ponto que se pode destacar uma das questões principais da trama desenvolvida em “1984”.

2 OS BURACOS DA MEMÓRIA: AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DO MINISTÉRIO DA VERDADE EM 1984

Desde o princípio do romance, somos apresentados à uma sociedade londrina esmagada por uma época de recessão, precariedade estrutural e racionamento de praticamente tudo. Esses malefícios provocados pela guerra constantemente mantida pelo governo, o qual tenta atribuir-lhe valor positivo por um de seus slogans, “Guerra é paz”. Muito embora contraditória, a afirmação contém seu efeito prático, visto que, internamente, o constante estado de alerta ajuda em vários momentos a justificar a atuação ditatorial do Partido, a fim de manter a ordem, num sistema de normas coercitivo, de cunho sancionatório negativo, mantendo uma pacificação social lastreada na supressão da individualidade e liberdade de qualquer tipo.

Logo nos primeiros capítulos da obra, podemos visualizar as formas de dominação e como elas são efetivadas pelo governo totalitário. A estrutura do partido se subdivide em três ministérios principais⁵, quais sejam, o Ministério da Paz, responsável pela administração da guerra, o Ministério do Amor responsável pelo controle da população, em seus pensamentos e ações (instrumentalizado pelo que se chama de Polícia das Ideias), e o Ministério da Verdade, que será melhor desenvolvido a seguir.

Orwell leva o leitor para dentro da máquina do partido, mais especificamente para o Ministério da Verdade, onde o protagonista, Winston Smith trabalha. Este ministério seria responsável pelas notícias, entretenimento, educação e belas-artes. No setor específico em que o protagonista atua, sua responsabilidade é, todos os dias, editar as notícias antigas, livros de história do país, entre outros documentos, a depender da vontade do partido. Nomeadamente, a simples mudança de aliados ou de inimigos na grande e perpétua guerra global é justificativa para esta edição dos fatos passados, e, por conseguinte, da história oficial. Estas montagens ajudam a legitimar as atuações

⁵ ORWELL, G. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 12

do governo, dando a falsa impressão de continuidade do estado de guerra e do sentimento de ódio generalizado. Destaca-se o trecho:

Nas paredes da estação de trabalho viam-se três orifícios. À direita do ditógrafo, um pequeno tubo pneumático para as mensagens escritas; à esquerda, um tubo de maior calibre para os jornais; e na parede lateral, ao alcance da mão de Winston, uma grande abertura retangular, protegida por uma grade de arame. Esta última destinava-se aos papéis a descartar. Aberturas similares se espalhavam aos milhares, ou dezenas de milhares, por todo o edifício, fazendo-se presentes não apenas em cada sala, mas também, a pequenos intervalos, em todos os corredores. Por algum motivo, tinham recebido o apelido de *buracos da memória*.⁶

O Ministério da Verdade, no livro, revela uma das funções de controle populacional talvez mais sutis. Muito embora o recurso alegórico das situações trazidas no livro pareçam para a sociedade contemporânea atual absurdo. O ataque de controle aqui exemplificado revela o esforço de apagar a memória histórica dos indivíduos.

A violência configurada na edição da memória coletiva pode ser verificada em vários momentos em que o leitor consegue entrar nos pensamentos do protagonista. Nomeadamente, quando vai realizar o simples ato de registrar a data do dia em seu diário subversivo, em que escreve timidamente 04 de abril de 1984, percebemos que a personagem não tem certeza em que ano está, ao que o narrador afirma sempre ter que se considerar uma margem de erro de pelo menos dois anos⁷. A simples percepção da passagem do tempo se tornou precária no desenvolvimento do regime.

Além disso, por ser um homem de meia idade, Smith viveu justamente o período de ascensão do Grande Irmão e do partido ao poder, contudo, em suas lembranças a precisão dos acontecimentos sempre são turvas, ou turbadas por nevoas que escondem o passado. Efeito que sempre dá a impressão de um

⁶ ORWELL, G. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 43 (grifos nossos)

⁷ ORWELL, G. **Opus cit.**, p. 14

desenvolvimento natural das coisas, como se elas sempre tivessem existido. Mesmo a nível mais particular percebe-se esse efeito, quando o protagonista não consegue lembrar do que exatamente aconteceu com sua família.

3 A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA EM SEU VALOR ÉTICO-SOCIAL

Cabe agora, numa perspectiva ética, questionar como e porque essa atuação se revela tão eficaz na trama.

Como constrói o historiador Jacques Le Goff, o elemento da memória remete à capacidade do ser humano de armazenar, ou conservar informações passadas de um indivíduo a outro através do tempo, fator de extrema relevância para as técnicas de aprendizagem. A memória, para Le Goff desempenha a função de elemento de atribuição de identidade, seja coletiva ou individual. A memória coletiva, por sua vez, ganha um peso maior, principalmente no campo da história, sendo ela um instrumento de poder, pois é através dela que os traços identitários de um povo podem ser definidos e minimamente conhecidos com objetividade. É um instrumento de poder, pois quando se relaciona às fontes em que ela se sedimenta, escrita ou oral, seu conteúdo pode ser alterado por aqueles que detenham o controle de sua produção, nomeadamente os governos, através das “fontes oficiais”.⁸

A busca da memória, onde a história de um povo e conseqüentemente sua identidade se desenvolvem, devem estar libertadas das fontes de elites e oficiais, procurando a diversidade para que o historiador consiga apropriar-se melhor de seu conteúdo. Por esta concepção, o movimento de busca da memória como salvaguarda de tradições e tempos passados tem uma funcionalidade a cumprir, qual seja, servir ao presente, ajudando a compreendê-lo melhor e repensar as ações humanas para o futuro.⁹

Podemos considerar a memória, a partir desta construção, como um bem digno de proteção, nomeadamente pela ordem jurídica. Aqui levanta-se a figura do direito fundamental à memória, construção recente tanto no cenário nacional brasileiro quanto na ordem jurídica internacional. Consiste no poder subjetivo do

⁸ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 4 ed, Campinas: UNICAMP, 1996, p. 476

⁹ LE GOFF, Jacques. **Op. Cit.**, p. 477

cidadão de exigir o acesso, uso, conservação e transmissão de sua história, de seu passado, englobando também as construções do patrimônio cultural da sociedade, ou coletividade, a qual integra. Aqui, igualmente, há a busca da rememoração do passado buscando o máximo possível a verdade dos acontecimentos históricos, para que assim se possa consolidar uma identidade cultural e social de uma nação (tanto a nível individual quanto coletivo)¹⁰.

Adentra-se aqui já no campo da ética, visto que, esta corresponde à análise filosófico-prática das ações humanas, mais especificamente das consideradas morais no sentido que foi atribuído mais acima. A valoração das ações humanas só se torna possível se realizadas a partir da consciência livre do ser, atribuída à sua personalidade, retiradas influências coercitivas que a possam determinar. Ora, se se pode compreender a memória como bem fundamental e elemento de identidade, tanto coletiva quanto individual, como se pode conceber verdadeiras ações livres quando estas são condicionadas pela realidade construída por um agente externo?

A ética, nessa perspectiva, funciona como uma prática filosófica de resistência, posto que questiona os parâmetros de liberdade e de como esta é exercida e se é exercida de fato. Uma compreensão crítico-reflexiva das ações humanas, buscando o questionamento das verdades morais e dos valores sobre os quais se lastreiam determinada sociedade.¹¹ A percepção da interação entre a ética e a história é justamente o que possibilita essa criticidade, no sentido de repensar sempre o passado, a fim de se avaliar a viabilidade de um progresso moral.¹²

No caso apresentado em 1984, a atuação do Ministério da Verdade torna-se uma das chaves da trama, visto que, a retirada das tradições da sociedade, junto com sua história, que é constantemente apagada e reescrita nas fontes oficiais, abre um espaço no amago do ser de cada indivíduo que a compõe. Sem a memória ocorre o esvaziamento tanto da pessoa quanto da coletividade que ela integra, tornando-a fácil massa de manobra em governos de cunho

¹⁰ SOARES, R. M. F.; SANTOS, C. M. P. G. dos; FREITAS, T. S. **O Direito Fundamental à Memória e à Verdade**. Curitiba: Juruá, 2013, p. 39 – 40.

¹¹ BITTAR, E. C. B. **Op. Cit.**, p. 41 - 42

¹² NALINE, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 12 ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 188 – 189.

autoritário, através do estabelecimento de uma ordem a nível subjetivo interno em seus cidadãos.

4 A BUSCA PELA MEMÓRIA COMO ATO DE RESISTÊNCIA

No desenrolar da história de Smith, cada ato seu representa sua atitude de rebeldia para com o governo e o partido. Desde o início percebe-se a tendência que ele tem de adquirir quinquilharias antigas, ultrapassadas que não se usam mais no seu mundo moderno, prático e funcional. Inicialmente compra o caderno que posteriormente irá se tornar seu diário, justamente porque se encantou por sua encadernação antiga, parecendo ser mais velho do que ele próprio, mais velho que o Partido. Posteriormente, para decorar o quarto secreto que mantém para seus encontros amorosos com sua amante Júlia, enche-o de quadros e outros objetos que remetem a um tempo que não existe mais, nomeadamente a gravura da igreja de São Clemente, que fora destruída pelos bombardeios¹³.

Essas atitudes, em verdade podem ser compreendidas como atos de resistência pessoal, e não de mera curiosidade. Através do registro de suas próprias memórias, o protagonista busca deixar em substrato seguro seus pensamentos e os momentos que viveu, que ajudaram a construir quem ele é. Revela ainda, com seu diário, a preocupação com a propagação dessas memórias através do tempo, apesar de no início duvidar se seria efetivo, dado o fim trágico e certo que o aguarda (ser pego pela Polícia das Ideias). A busca pelas antiguidades pode ainda ser interpretada como a busca por um passado perdido, por uma identidade cultural que ele não possui mais (nem ele nem o seu povo). Cotejando com o que fora afirmado acima, o protagonista nada mais busca pela sua essência ontológica, para melhor compreender quem ele é.

¹³ Neste ponto, muito interessante perceber como a história das antigas construções é rechaçada da história oficial, sendo todas elas enquadradas em um período histórico medieval e inserto quanto a datas, sem qualquer possibilidade de identificação cultural com a realidade longínqua da sociedade partidária moderna. ORWELL, G. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009., p. 101

CONCLUSÃO

Destacadamente em regimes ditatoriais, a manipulação da memória e história através da supervalorização das fontes oficiais é tema que toca a Ética enquanto disciplina crítica, visto que constitui a interversão sobre a identidade própria de uma coletividade e também dos indivíduos que a compõem. Esta identidade se identifica na construção da personalidade do ser humano, não se podendo conceber ação completamente livre e consciente de um indivíduo em tal situação, tornando-o alvo fácil à manipulação de seus atos e até mesmo de seu pensamento.

A deturpação ou esvaziamento da memória enquanto bem essencial à estrutura do ser humano é ato de violência moral, que corresponde ao esvaziamento do próprio indivíduo. A possibilidade e o perigo de um cenário como este é rememorado pelas cenas agoniantes de Orwell em “1984”, onde se acompanha a busca de um membro do Partido por uma identidade através de pequenos artefatos de memória, como um ato de resistência a tudo que este partido representa.

A necessidade de reafirmar o direito à memória no campo ético é de fundamental importância para possibilitar a criticidade desta disciplina. Sem o arcabouço histórico e cultural que a memória ajuda a construir, não se pode pensar em avanços nos valores, pela ausência qualquer referência, ou pela turbação de referências distorcidas da realidade.

REFERÊNCIAS

BITTAR, E. C. B. **Curso de Ética Jurídica**: Ética geral e profissional. 11 ed, São Paulo: Saraiva, 2014

JOLIVET, R. **Vocabulário de Filosofia**. Tradução: Gerardo Dantas Barreto. Rio de Janeiro: Agir, 1975

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 4 ed, Campinas: UNICAMP, 1996

NALINE, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 12 ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

ORWELL, G. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner; Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

SOARES, R. M. F.; SANTOS, C. M. P. G. dos; FREITAS, T. S. **O Direito Fundamental à Memória e à Verdade**. Curitiba: Juruá, 2013